

CRÉDITO RURAL E DESENVOLVIMENTO NO MARAJÓ: Um estudo sobre o PRONAF e a agricultura familiar

AGRICULTURAL FINANCE AND REGIONAL DEVELOPMENT IN MARAJÓ: An Analysis of PRONAF's Impact on Family Farm Systems

Thiago Pavão Lamêgo¹
Augusto José Silva Pedroso²
Carlos Eduardo Mendes da Conceição³

Área Temática 4: Agroecologia, Agricultura Familiar Camponesa e Soberania Alimentar
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo analisa a relação entre infraestrutura bancária, dinâmicas territoriais e acesso ao crédito do PRONAF nos 17 municípios do Arquipélago do Marajó no período de 2022 a 2024. Através de métodos quantitativos, incluindo análise de correlação de Pearson e tratamento de dados secundários do Banco Central e Censo Agropecuário, o estudo revelou uma correlação positiva moderada ($r = 0,6706$) entre a presença de agências bancárias e o volume de contratos do PRONAF, com significância estatística ($p = 0,0033$). Os resultados mostraram concentração de 77% dos recursos nas linhas PRONAF Floresta e PRONAF A, enquanto o PRONAF B liderou em número de contratos (2.973), refletindo sua função como política de inclusão produtiva. Identificou-se ainda que municípios sem agências, mas próximos a centros urbanos (como Curralinho), apresentaram desempenho satisfatório, corroborando a teoria da centralidade funcional, enquanto localidades isoladas (como Anajás) tiveram baixíssima adesão. Conclui-se que o acesso ao PRONAF no Marajó é determinado por fatores multidimensionais que incluem infraestrutura bancária, dinâmicas territoriais e demanda agrícola, exigindo políticas públicas diferenciadas que considerem essas especificidades regionais para reduzir as desigualdades no acesso ao crédito rural.

Palavras-Chave: PRONAF, Agricultura Familiar, Desigualdade Reginal, Marajó

Abstract

This article examines the relationship between banking infrastructure, territorial dynamics, and access to PRONAF credit in the 17 municipalities of the Marajó Archipelago from 2022 to 2024. Using quantitative methods, including Pearson correlation analysis and secondary data from the Central Bank and Agricultural Census, the study revealed a moderate positive correlation ($r = 0.6706$) between the presence of bank branches and the volume of PRONAF contracts, with statistical significance ($p = 0.0033$). The results showed that 77% of resources were concentrated in PRONAF Floresta and PRONAF A programs, while PRONAF B led in the number of contracts (2,973), reflecting its role as a productive

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA) do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Castanhal; pavao.agro@hotmail.com

² Docente EBT do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Castanhal; augusto.pedroso@ifpa.edu.br

³ Discente do curso de Administração da Universidade Federal do Pará; carlosmendesconceicao2021@gmail.com

inclusion policy. Municipalities without bank branches but close to urban centers (e.g., Currealinho) performed satisfactorily, supporting the theory of functional centrality, while isolated locations (e.g., Anajás) had minimal participation. The study concludes that access to PRONAF in Marajó is shaped by multidimensional factors, including banking infrastructure, territorial dynamics, and agricultural demand, requiring differentiated public policies that address these regional specificities to reduce inequalities in rural credit access.

Key words: PRONAF, Rural Credit, Family farming, Territorial inequality, Marajó

1. Introdução

A agricultura familiar desempenha papel estratégico no abastecimento alimentar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil (Fossá; Renk, 2021). Nas últimas décadas, políticas públicas voltadas ao fortalecimento desse segmento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tornaram-se essenciais para garantir o acesso ao crédito, a modernização da produção e a inserção dos agricultores familiares nos mercados. No entanto, em regiões como o arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, persistem desafios estruturais e institucionais que comprometem a efetividade das políticas de crédito rural. Como destaca Mattei (2014, p. 87), “o PRONAF se tornou um instrumento fundamental para discussão do desenvolvimento rural no país, pois seu significado para definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares é absolutamente fundamental”.

A Região de Integração do Marajó, instituída pelo Decreto Estadual nº 2.129, de 2022, destaca-se como uma das áreas com os indicadores socioeconômicos mais desafiadores do país. Composta por 17 municípios, muitos deles com vastas extensões territoriais e de difícil acesso, a região apresenta baixos índices de desenvolvimento humano. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os municípios marajoaras registram, em sua maioria, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) inferiores a 0,600, revelando precariedade em dimensões como renda, educação e longevidade. Esse panorama reforça a importância de políticas de crédito que possam impulsionar atividades produtivas, em especial aquelas ligadas à agricultura familiar, a qual representa significativa parcela da base econômica local.

A partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como uma categoria social e produtiva distinta, o que levou à criação e implementação de políticas públicas específicas voltadas para seu fortalecimento. Até então, a maioria das políticas de incentivo

agrícola era direcionada às médias e grandes propriedades rurais, colocando os pequenos agricultores em desvantagem no acesso a recursos e apoios governamentais (Esquerdo-Souza; Bergamasco, 2015).

Assim, o PRONAF tem como objetivo apoiar agricultores familiares por meio de linhas de crédito voltadas à produção, sustentabilidade, segurança alimentar e inclusão social. O programa é operado por instituições financeiras credenciadas, conforme diretrizes do Plano Safra da Agricultura Familiar. No Marajó, entre 2022 e 2024, apenas quatro bancos — Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Bradesco — ofertaram crédito via PRONAF. A reduzida presença de agências e a concentração de operadores impõem barreiras ao acesso. Como destaca Guanzioli (2007), o PRONAF surgiu para superar dificuldades históricas de acesso ao crédito, ampliando-se para incluir assistência técnica e investimentos que promovem o desenvolvimento rural sustentável.

O presente estudo tem como objetivo analisar o comportamento da matriz de crédito rural no âmbito do PRONAF nos municípios do arquipélago do Marajó, com foco nos anos de 2022, 2023 e 2024. Para isso, serão examinadas as modalidades efetivamente acessadas na região – como o PRONAF A, PRONAF B, PRONAF Floresta, PRONAF Mais Alimentos e custeio – e comparadas com outras modalidades previstas no Plano Safra, mas que apresentam baixa ou nenhuma adesão local, como o PRONAF Jovem, Mulher, Bioeconomia, Produto Orientado, Agroindústria e Industrialização. A análise pretende identificar possíveis fatores que limitam a diversificação do acesso ao crédito, considerando tanto aspectos institucionais quanto socioeconômicos, além de dialogar com a literatura recente sobre o tema.

Ao final, espera-se que os resultados subsidiem o debate sobre estratégias de ampliação e qualificação do acesso ao PRONAF no Marajó, contribuindo para a efetividade das políticas de desenvolvimento rural na Amazônia Legal.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem descritiva com base em análise documental e estatística de dados secundários, voltada à compreensão do comportamento da matriz de crédito rural do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF nos municípios do arquipélago do Marajó, no período de 2022 a 2024. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, com

predominância analítica-descritiva e exploratória, centrada na sistematização, organização e análise estatística de dados sobre a concessão de crédito rural.

A área de estudo compreende os 17 municípios que pertencem a Região de Integração do Marajó, conforme estabelecido pelo Decreto nº 2.129, de 20 de junho de 2022 (Pará, 2022). A escolha desta área justifica-se pela relevância socioeconômica da agricultura familiar para a região, que historicamente apresenta baixos índices de desenvolvimento humano municipal, refletindo desafios socioeconômicos significativos.

Para coletas de dados, foram utilizadas fontes secundárias, como a Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido (MDCR), do Banco Central do Brasil (BACEN), de onde foram extraídos os arquivos no formato .csv do tipo “Quantidade e Valor dos Contratos por Município” para os anos de 2022, 2023 e 2024. Também foram consultados os documentos oficiais do Plano Safra 2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025 para identificação das linhas de crédito PRONAF e suas diretrizes. Os dados socioeconômicos, especificamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foi consultado na plataforma Atlas Brasil.

Os procedimentos metodológicos compreenderam: (a) levantamento e coleta dos dados de crédito do PRONAF (MDCR/BACEN) e dos Planos Safra; (b) coleta dos dados do IDHM para os municípios da área de estudo (Atlas Brasil); (c) organização e estruturação de um banco de dados em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel. Os dados foram organizados e categorizados para permitir: a análise da distribuição dos recursos do PRONAF (por linha de crédito, município, instituição financeira); a evolução temporal dos montantes; e a análise de correlação entre os volumes de crédito e o IDHM dos municípios.

Os resultados serão apresentados por meio de imagens, tabelas, gráficos e mapas temáticos, sintetizando as informações coletadas e analisadas. A discussão dos resultados será realizada à luz da literatura especializada sobre acesso e impacto do crédito rural na agricultura familiar, políticas de desenvolvimento rural, dinâmicas territoriais na Amazônia, e as particularidades do Marajó, considerando as limitações institucionais e os desafios socioeconômicos e ambientais da região.

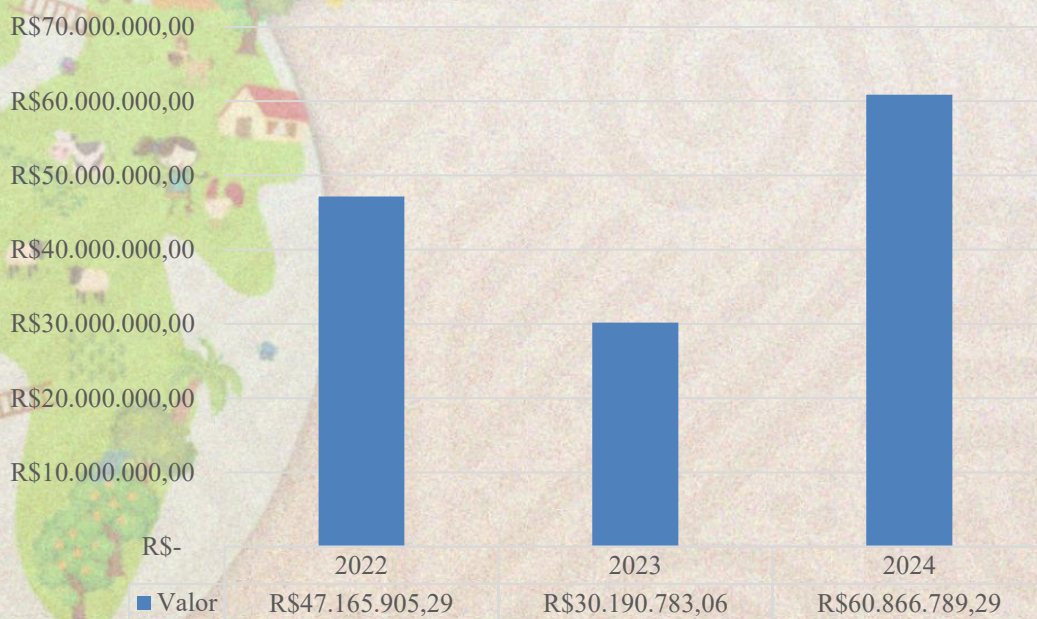
3. Resultados e Discussões

3.1. Panorama Geral do PRONAF na Região de Integração do Marajó (2022 – 2024)

No período compreendido entre 2022 e 2024, o PRONAF representou uma fonte de fomento para a agricultura familiar nos 17 municípios marajoaras, com uma aplicação total de R\$ 138.223.477,64.

A análise do montante de recursos concedidos, apresentada no Gráfico 1, revela uma trajetória não linear ao longo do triênio. Em 2022, foram aplicados R\$ 47.165.905,29 na região. No ano subsequente, observou-se uma retração no volume de crédito, totalizando R\$ 30.190.783,06 na concessão do crédito Pronaf. Contudo, o ano de 2024 demonstrou uma recuperação expressiva e um pico de concessões, atingindo R\$ 60.866.789,29, o maior volume registrado no período.

Gráfico 1 - Evolução Anual do Crédito (R\$) na R. I. do Marajó (2022 – 2024).

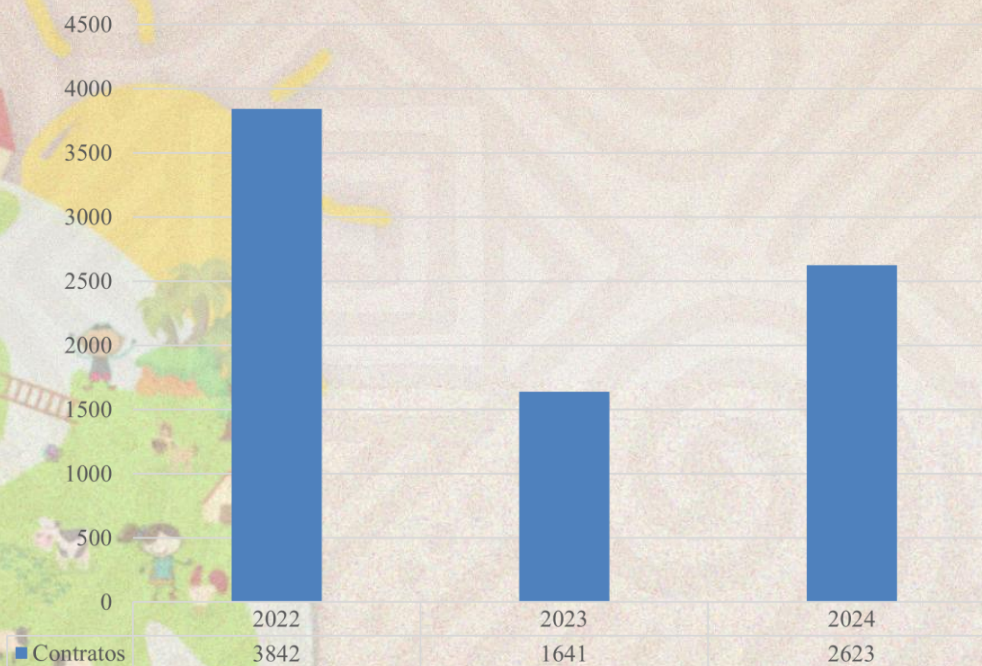


Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF

De forma semelhante, a quantidade de contratos, conforme Gráfico 2, também apresentou queda entre 2022 (3842) e 2023 (1641). No entanto, de maneira divergente à recuperação do volume financeiro, o número de contratos em 2024 (2623) não retornou ao patamar de 2022. Essa divergência sugere que, em 2024, foram firmados contratos de maior valor médio em comparação aos anos anteriores. Um dado adicional que chama a atenção é a queda acentuada no número de contratos de custeio, que passaram de 416 em 2022 para 101 em

2023, chegando a apenas 47 em 2024. No último ano analisado, os contratos de custeio representaram, portanto, menos de 2% do total de operações.

Gráfico 2 - Evolução Anual da Quantidade de Contratos na R.I. do Marajó (2022 – 2024).



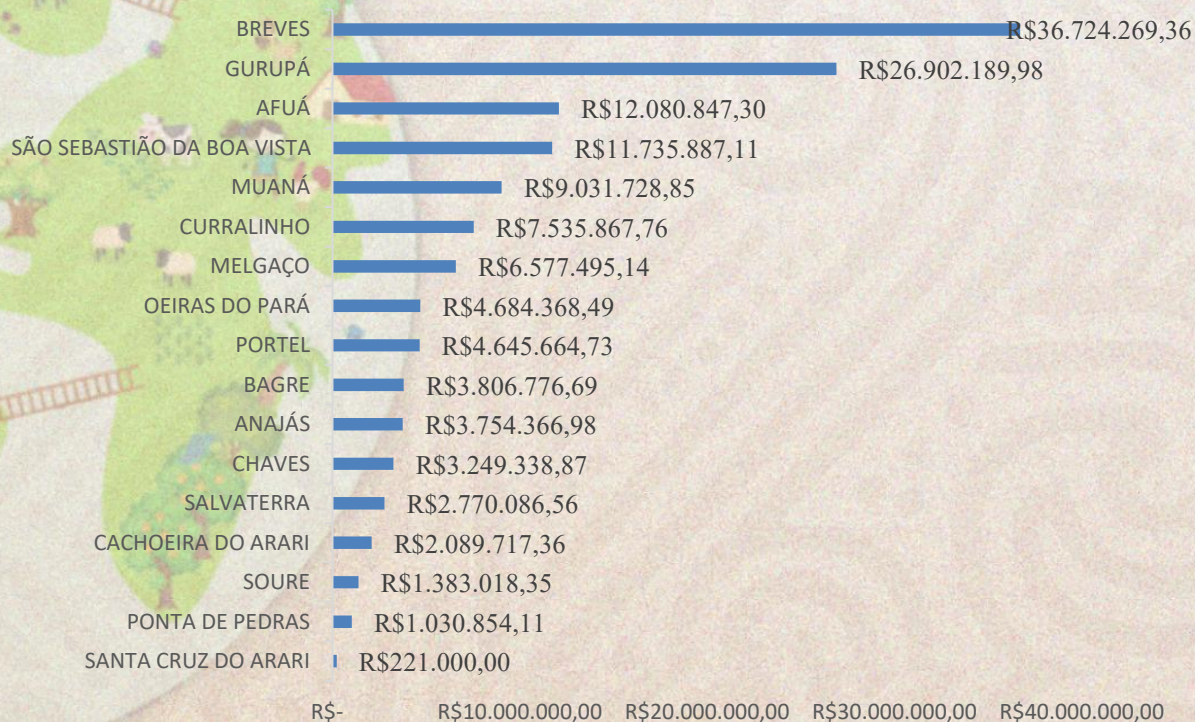
Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF.

Este panorama geral da evolução do crédito suscita uma reflexão inicial sobre a dinâmica e a capacidade do PRONAF em manter uma oferta de crédito estável e crescente para a agricultura familiar marajoara. A queda observada em 2023 pode estar associada a múltiplos fatores, como ajustes orçamentários na transição entre plano safra e desafios operacionais enfrentados pelas poucas instituições financeiras atuantes na região. Por outro lado, o incremento substancial em 2024 sugere um possível realinhamento de estratégias de fomento, uma maior capacidade de absorção e execução dos recursos por parte dos agentes financeiros e demandantes, ou o reflexo de maior disponibilidade de recursos no Plano Safra vigente. Considerando o papel estratégico do PRONAF no abastecimento alimentar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, como destacado por Fossá e Renk (2021), e sua fundamental importância para "definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares" (Mattei, 2014, p. 87), tais flutuações anuais podem impactar o planejamento e a

segurança financeira dos agricultores que dependem desses recursos para suas atividades produtivas e de investimento.

No que tange à distribuição dos recursos entre os municípios do arquipélago, os dados revelam uma concentração notável do crédito em localidades específicas. Conforme ilustrado no Gráfico 3, os municípios de Breves e Gurupá destacaram-se como os principais destinos dos recursos do PRONAF no período de 2022 a 2024. Individualmente, Breves captou R\$ 36.724.269,36 e Gurupá R\$ 26.902.189,98. Estes valores não apenas os colocam no topo do ranking de acesso ao crédito na região, mas também, individualmente, superam em mais de duas vezes o montante acessado pelo terceiro município com maior captação, Afuá.

Gráfico 3 - Distribuição de Créditos (R\$) pelo PRONAF na R.I. do Marajó, por Municípios (2022 – 2024).



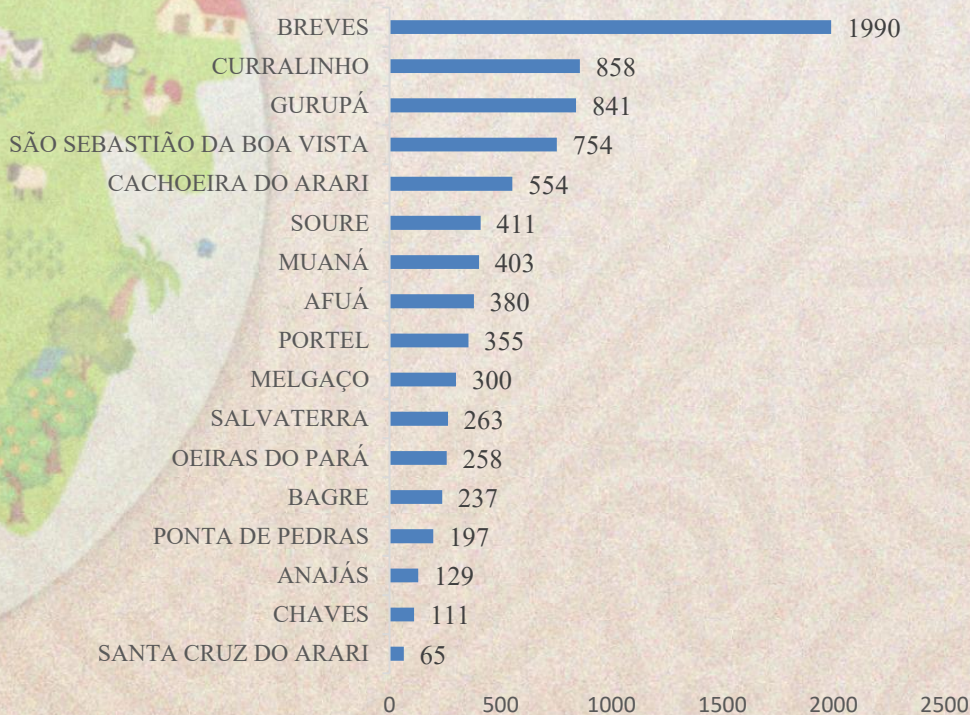
Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF.

Em relação ao desempenho dos municípios, quanto a distribuição dos contratos, o gráfico 4 evidencia a importância de Breves (1990) em relação ao crédito rural na região, em ambos os cenários Breves se mantém como um referencial. Porém, ao analisar o restante dos municípios o cenário muda, visto que alguns municípios ganham destaque, como Curralinho (858),

Cachoeira do Arari (554) e Soure (411), municípios que obtiveram baixos valores em créditos totais concedidos, mas demonstraram quantidades de contratos significativos.

Tal cenário levanta questões importantes sobre a equidade na distribuição dos recursos do PRONAF dentro do próprio arquipélago, uma região já caracterizada por profundas desigualdades socioeconômicas e desafios logísticos significativos. A efetividade do PRONAF como instrumento de desenvolvimento rural e de combate às desigualdades no Marajó, portanto, parece não depender apenas do volume total de recursos disponibilizados, mas crucialmente de sua capilaridade e da capacidade de alcançar os agricultores familiares nos diversos e heterogêneos contextos municipais, especialmente aqueles que apresentam os indicadores sociais mais desafiadores e maiores barreiras de acesso a serviços básicos e financeiros.

Gráfico 4 - Distribuição dos Contratos pelo PRONAF na R.I. do Marajó, por Municípios (2022 – 2024).



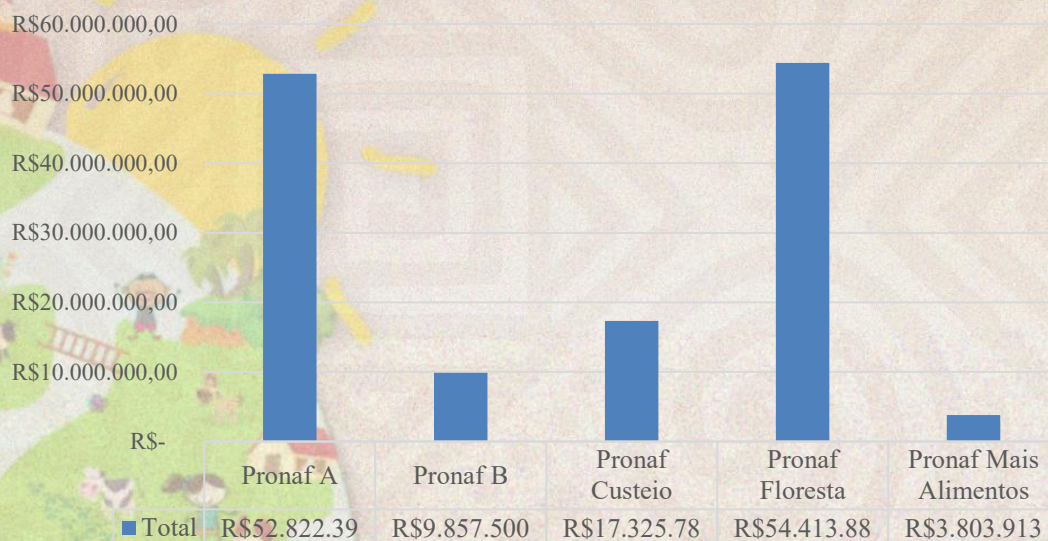
Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF

3.2 Distribuição do Crédito por Subprograma do PRONAF.

A análise da distribuição do crédito entre os subprogramas ofertadas pelo PRONAF, no período de 2022 a 2024 (Gráfico 5), revela um cenário de concentração de recursos em um

número restrito de modalidades, bem como a completa ausência de acesso a diversas outras — alguns deles de particular relevância estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo na Amazônia.

Gráfico 5 – Distribuição das Linhas de Créditos (R\$) do PRONAF na RI Marajó (2022 – 2024).



Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF.

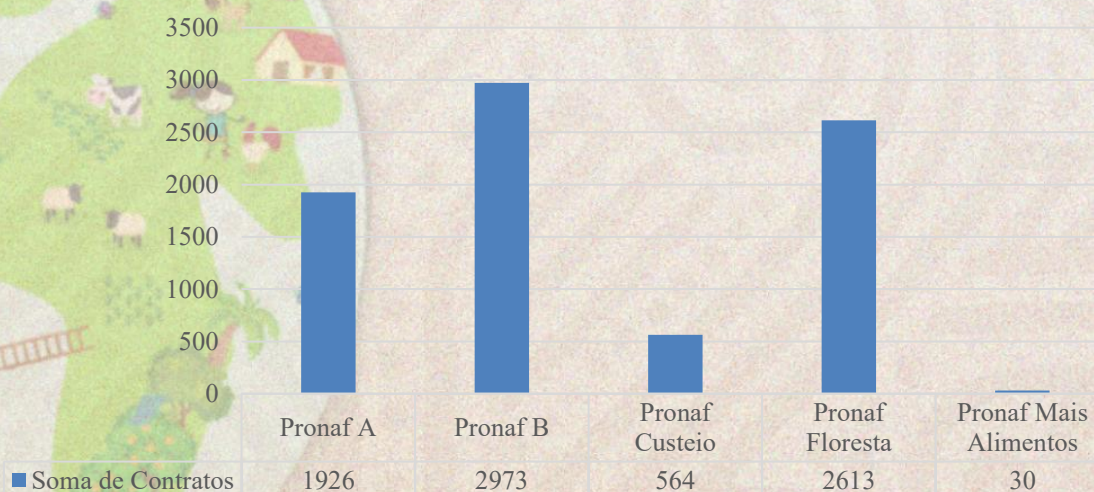
Entre os subprogramas do PRONAF que registraram operações no Marajó entre 2022 e 2024, destaca-se a acentuada concentração de recursos em duas modalidades. O PRONAF Floresta liderou em volume de recursos acessados, respondendo por 39% do total. Em seguida, o PRONAF A – Investimento, destinado a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, representou 38% dos recursos. Juntas, esses dois subprogramas foram responsáveis por 77% de todo o montante aplicado na região no período. Na sequência, com volumes menores, figuram o PRONAF Custeio (destinado ao financiamento de despesas dos ciclos produtivos), o PRONAF B (voltado ao microcrédito rural para famílias de baixa renda) e o PRONAF Mais Alimentos (focado no financiamento de investimentos em infraestrutura produtiva).

Dentre os subprogramas do PRONAF que registraram operações no Marajó entre 2022 e 2024, observa-se uma acentuada concentração de valores em duas. O PRONAF Floresta liderou o volume de recursos acessados, respondendo por 39% do total. Com resultados próximos, o PRONAF A - Investimento, destinado a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, representou 38% dos recursos. Juntas, estas duas linhas de crédito foram

responsáveis por 77% de todo o montante do PRONAF aplicado na região no período. Na sequência, com volumes menores, figuram o PRONAF Custeio (linha de crédito específica para financiar despesas dos ciclos produtivos), o PRONAF B (voltado ao microcrédito rural para famílias de baixa renda) e o PRONAF Mais Alimentos (focado no financiamento de investimentos em infraestrutura produtiva).

Contudo, ao analisar a mesma distribuição sob a ótica da quantidade de contratos (Gráfico 6), o panorama se altera significativamente. O PRONAF B (Microcrédito) emerge como a linha mais acessada, com 2.973 contratos, seguido pelo PRONAF Floresta (2.613) e pelo PRONAF A (1.926). As demais linhas, Custeio (564) e Mais Alimentos (30), apresentaram alcance ainda mais restrito em número de operações.

Gráfico 6 - Distribuição das Linhas de Crédito por Quantidade de Contratos (2022 – 2024).



Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF.

Essa assimetria entre a concentração de recursos financeiros e o número de contratos evidencia uma dualidade estrutural na política de crédito rural da agricultura familiar da região. De um lado, há uma orientação voltada à modernização e ao investimento em segmentos específicos, concentrando grandes volumes de recursos em contratos de maior valor (casos do PRONAF A e Floresta). De outro, observa-se uma estratégia de caráter distributivo e inclusivo, representada por contratos de menor valor, mas com maior abrangência social, como no caso do PRONAF B. Essa dinâmica reforça a análise de Abramovay (2005), ao apontar para a necessidade de políticas públicas que reconheçam a heterogeneidade da agricultura familiar.

Segundo o autor, é fundamental que tais políticas contemplem tanto os agricultores com capacidade de inserção em mercados competitivos quanto aqueles que dependem do crédito rural como meio de reprodução social e de superação da vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, a predominância do PRONAF B em número de operações no Marajó não deve ser interpretada apenas como indicador de acesso, mas também como evidência de sua função como instrumento de política social, voltado à ampliação da inclusão produtiva em territórios historicamente marcados por desigualdades estruturais.

A expressiva utilização do Subprograma PRONAF Floresta na Região é um dado significativo, podendo indicar um forte alinhamento com as vocações econômicas locais, que envolvem o manejo de produtos florestais, como o açaí - cuja relevância é evidenciada pelo fato de que, em 2023, quatro municípios marajoaras figuraram entre os dez maiores produtores de açaí do Brasil (IBGE, 2024) -, além de outras atividades extrativistas sustentáveis. Paralelamente, a substancial alocação de recursos no PRONAF A - Investimento evidencia um direcionamento prioritário para a estruturação e consolidação das unidades produtivas dos agricultores assentados. Este segmento recebe apoio institucional crucial de órgãos como o INCRA, responsável pela regularização dos assentamentos, e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA). A atuação da Emater/PA é fundamental, pois auxilia os agricultores na elaboração dos projetos técnicos necessários para a solicitação do crédito, funcionando como uma ponte entre os beneficiários e a política pública (AGÊNCIA PARÁ, 2024).

O PRONAF B, ao se destacar em número de contratos, configura-se como o principal subprograma na região do Marajó, refletindo sua importância como política pública voltada à inclusão produtiva de populações vulneráveis. Esse protagonismo está diretamente relacionado ao contexto socioeconômico da região, marcado por altos índices de pobreza, baixa renda e precário acesso a políticas públicas. Dados do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) apontam que muitos municípios do arquipélago figuram entre os piores indicadores sociais do país.

Esse cenário reforça o papel essencial do PRONAF B como uma das poucas estratégias de estímulo à produção e à geração de renda em territórios historicamente excluídos. Segundo Schneider et al. (2010), o subprograma cumpre uma função social ao oferecer crédito acessível a famílias com baixa capacidade de acumulação, funcionando como mecanismo de apoio à

reprodução social no meio rural. No Marajó, onde alternativas econômicas são escassas, o microcrédito assume papel central na promoção da cidadania produtiva.

A forte presença do PRONAF B explica o bom desempenho de municípios como Soure, Currealinho e Cachoeira do Arari, que, embora não tenham recebido grandes volumes de crédito, registraram elevado número de contratos. O PRONAF Mais Alimentos, por sua vez, apresentou desempenho modesto em valores e operações, mas esteve presente como alternativa para investimentos produtivos.

Em contrapartida, diversas modalidades do PRONAF não registraram operações nos 17 municípios, como PRONAF Mulher, Jovem, Agroecologia, Bioeconomia, Cotas-Partes e Agroindústria. A ausência dessas linhas aponta fragilidades estruturais do programa, que envolvem barreiras culturais, exigências documentais, falta de assistência técnica e divulgação específica (Brumer, 2004; Stropasolas, 2006).

Conforme Guanzioli (2007) e Mattei (2014), o PRONAF tem potencial transformador, mas sua efetividade depende da capacidade de adaptação às realidades locais e à diversificação dos modelos produtivos.

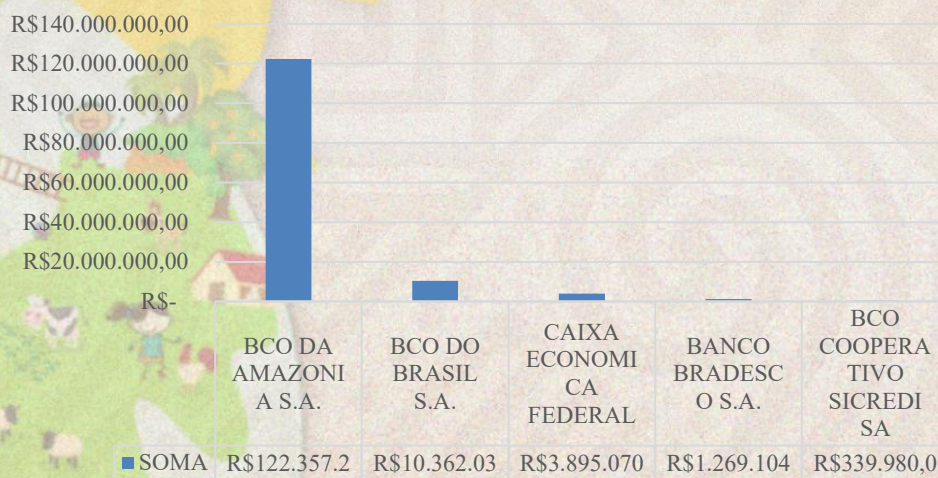
3.3. Atuação das Instituições financeiras operadoras do PRONAF (2022 – 2024).

Entre 2022 e 2024, a operacionalização do PRONAF no Arquipélago do Marajó esteve concentrada em quatro instituições financeiras. O Banco da Amazônia destacou-se como o principal operador, com R\$ 122,3 milhões liberados, correspondendo a 88,5% do total aplicado na região. Em seguida, figuram o Banco do Brasil, com R\$ 10,3 milhões, a Caixa Econômica Federal, com R\$ 3,8 milhões, e o Sicredi, com R\$ 340 mil. No que se refere à quantidade de contratos, o Banco da Amazônia também liderou (7.751), seguido pelo Banco do Brasil (271), Caixa (66), Bradesco (16) e Sicredi (2) (Gráficos 7 e 8).

O Banco da Amazônia atuou em todos os 17 municípios marajoaras, operando cinco subprogramas do PRONAF, e foi a única instituição a executar contratos do PRONAF Floresta. Contudo, observou-se uma redução na sua participação no PRONAF Custeio e, paralelamente, o crescimento da atuação de outros bancos, especialmente o Banco do Brasil, que superou o Banco da Amazônia em número de contratos do PRONAF Mais Alimentos em 2023 e 2024. Caixa e Bradesco permaneceram restritos a operações de custeio.

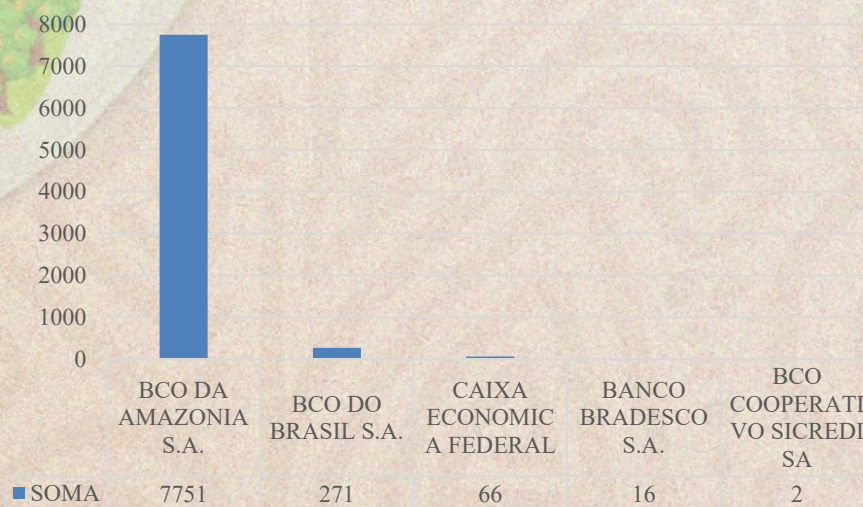
Em termos de infraestrutura física, apenas cinco dos 17 municípios possuem agências bancárias. O Banco do Brasil tem a maior cobertura, presente em cinco cidades; o Banco da Amazônia possui uma única agência em Soure; a Caixa está localizada apenas em Breves; e o Bradesco atua em Breves e Portel (Tabela 1). A limitação geográfica dessas unidades configura um “deserto bancário”, criando obstáculos concretos ao acesso ao crédito rural. Essa realidade evidencia o que Corrêa (1997) e Santos (1996) denominam de “espaços opacos”, que permanecem à margem dos fluxos econômicos.

Gráfico 7 - Créditos Concedidos por Operadora Financeira (2022 – 2024).



Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF.

Gráfico 8 - Quantidade de Contratos por Operadoras Financeiras (2022 – 2024).



Fonte: Matriz de dados do crédito rural – Crédito concedido: Tabela 1 - Valor contratado por UF.

A efetividade das políticas de crédito, segundo Graziano da Silva et al. (2010), está diretamente associada à infraestrutura institucional e à proximidade dos serviços financeiros. Schneider e Silva (2013) complementam essa visão ao afirmar que o acesso ao crédito rural envolve mais do que a disponibilidade formal de linhas de financiamento; exige também presença institucional, assistência técnica e canais de comunicação com os beneficiários.

A ausência de agências físicas implica a necessidade de que gerentes bancários avaliem projetos a distância, baseando-se apenas em documentos, o que aumenta a percepção de risco e desestimula o financiamento de linhas de investimento mais complexas. Por outro lado, a experiência acumulada do Banco da Amazônia ao longo dos anos reduziu seus custos de transação e possibilitou uma atuação mais segura e eficaz, principalmente em subprogramas como o PRONAF Floresta.

Nesse contexto, é fundamental ampliar a presença territorial das instituições financeiras no Marajó. A instalação de novas agências, o uso de unidades móveis, o fortalecimento de canais digitais compatíveis com a realidade local e a formalização de parcerias com organizações comunitárias são estratégias urgentes. Tais medidas ampliariam o alcance do PRONAF, tornando-o mais acessível, eficiente e condizente com a diversidade da agricultura familiar marajoara, além de combater a histórica exclusão financeira enfrentada pela região.

3.4 Análise da correlação entre a presença de agências e o volume de contratos do PRONAF.

Para investigar a relação entre a infraestrutura bancária física e o acesso ao crédito do PRONAF nos municípios do Arquipélago do Marajó, realizou-se uma análise de correlação de Pearson entre o número total de contratos do PRONAF e a quantidade de agências bancárias nos 17 municípios da região (Tabela 1).

Os resultados revelaram um coeficiente de correlação ($r = 0,6706$), indicando uma relação positiva moderada a forte entre as variáveis. Ou seja, municípios com mais agências tendem a ter maior volume de contratos. A significância estatística foi confirmada por um p-valor de 0,0033, inferior aos níveis de significância convencionais ($\alpha=0,05$ ou $\alpha=0,01$), reforçando que a correlação não é aleatória. Isso sugere que a presença de agências bancárias facilita o acesso ao crédito, especialmente em uma região com desafios logísticos e baixa capilaridade financeira, como discutido no tópico 3.3 (Atuação das Instituições Financeiras).

Tabela 1 - Soma de Contratos (2022 – 2024) x Quantidade de Agências Bancárias por Município e quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário de 2017.

Municípios	Soma de Contratos	Agências	Estabelecimentos de Agricultura Familiar (2017)
Breves	1990	3	4910
Curralinho	858		4153
Gurupá	841	1	3619
São Sebastião da Boa Vista	754		2837
Cachoeira do Arari	554		2676
Soure	411	2	2347
Muaná	403		2256
Afuá	380	1	2078
Portel	355	2	1694
Melgaço	300		1570
Salvaterra	263		1434
Oeiras do Pará	258		1434
Bagre	237		1303
Ponta de Pedras	197		693
Anajás	129		277
Chaves	111		131
Santa Cruz do Arari	65		52

Fonte: Censo Agropecuário 2017 e Matriz de dados do crédito rural – BCB.

Contudo, alguns municípios sem agências bancárias — como Curralinho (858 contratos), São Sebastião da Boa Vista (754), Cachoeira do Arari (554) e Muaná (403) — apresentaram desempenho expressivo. Uma possível explicação é a proximidade com centros urbanos como Breves (3 agências) e Soure (2 agências), que funcionam como polos regionais, conforme o conceito de "centralidade funcional" (Corrêa, 1997; Santos, 1996). Além disso, esses municípios têm um número significativo de estabelecimentos da agricultura familiar (Censo Agropecuário, 2017), indicando que a demanda potencial por crédito também influencia os resultados (Schneider et al., 2010; Grisa & Schneider, 2015).

Por outro lado, municípios como Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Anajás e Chaves — também sem agências e distantes de centros financeiros — tiveram baixa adesão ao PRONAF, evidenciando desigualdades territoriais no acesso a políticas públicas (Santos, 2006; IBGE, 2019).

Um caso peculiar é Soure, que, apesar de ter apenas 52 estabelecimentos familiares, registrou 411 contratos, superando municípios mais rurais. Por se tratar de município com vocação urbana e turística, Soure demonstra que a estrutura institucional e bancária local pode superar as limitações estruturais da agricultura familiar em termos quantitativos, reforçando o argumento de que a infraestrutura de crédito exerce um papel estratégico na ativação do PRONAF (Freitas, 2011).

4. Conclusão

O estudo demonstrou que o acesso ao crédito do PRONAF no Arquipélago do Marajó é influenciado por um conjunto complexo de fatores inter-relacionados. A análise revelou uma correlação estatisticamente significativa ($r = 0,6706$; $p = 0,0033$) entre a presença de agências bancárias e o volume de contratos do PRONAF, indicando que a infraestrutura financeira física desempenha um papel fundamental na operacionalização do programa. No entanto, os resultados também mostraram nuances importantes que vão além da simples disponibilidade de agências bancárias.

Municípios como Breves e Gurupá, que contam com maior número de agências, concentraram os maiores volumes de crédito, confirmando a importância da capilaridade financeira. Por outro lado, casos como Curalinho e São Sebastião da Boa Vista, que não possuem agências bancárias mas apresentaram números expressivos de contratos, revelam a relevância da proximidade com centros urbanos melhor estruturados, corroborando o conceito de centralidade funcional proposto por Christaller (1933). Essa dinâmica espacial mostra como as redes de interdependência regional podem compensar, em parte, a ausência de infraestrutura bancária local.

A análise dos subprogramas do PRONAF evidenciou um cenário de concentração: enquanto o PRONAF Floresta e o PRONAF A responderam por 77% do volume financeiro total, o PRONAF B destacou-se como a linha mais acessada em número de contratos (2.973 operações). Essa distribuição reflete tanto as vocações econômicas locais - como o manejo do açai, que justifica a predominância do PRONAF Floresta - quanto a função social do microcrédito (PRONAF B) como instrumento de inclusão produtiva para populações vulneráveis (Schneider et al., 2010).

Contrastando com esses casos relativamente bem-sucedidos, municípios mais isolados como Anajás e Chaves apresentaram baixíssimos índices de acesso ao crédito, evidenciando as profundas desigualdades territoriais que caracterizam a região (Santos, 2006; IBGE, 2019). A combinação entre ausência de agências bancárias e distância dos centros urbanos mais estruturados cria um cenário de dupla exclusão, onde mesmo a demanda potencial por crédito - atestada pelo número de estabelecimentos de agricultura familiar - não se converte em acesso efetivo às políticas públicas.

O caso peculiar de Soure, que mesmo com apenas 52 estabelecimentos familiares registrou 411 contratos, demonstra como a infraestrutura institucional e bancária pode superar limitações quantitativas da agricultura familiar local (Freitas, 2011). Este exemplo reforça a importância de considerar as especificidades de cada território na formulação de políticas públicas.

Diante desses achados, sugere-se:

1. A expansão da infraestrutura financeira através de agências físicas, unidades móveis e soluções digitais adaptadas à realidade local;
2. O fortalecimento da assistência técnica (ATER) e de parcerias com organizações comunitárias para viabilizar o acesso às linhas de crédito mais complexas;
3. A diversificação da oferta de subprogramas, com especial atenção para modalidades hoje ausentes na região, como o PRONAF Mulher e Jovem;
4. A implementação de estratégias territorializadas que considerem as dinâmicas de centralidade regional.

Como perspectivas para pesquisas futuras, destacam-se a investigação do potencial das tecnologias digitais (como bancos móveis) e de arranjos cooperativistas para ampliar o acesso ao crédito em áreas remotas, bem como estudos mais aprofundados sobre os efeitos diferenciados do PRONAF nos diversos contextos municipais do arquipélago.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

AGÊNCIA PARÁ. Com projetos da Emater, 2024 será de crédito rural para assentados do Marajó. 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/50391/com-projetos-da-emater-2024-sera-de-credito-rural-para-assentados-do-marajo>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRUMER, Anita. Gênero e os diferentes "lugares" na agricultura familiar. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 239-251, maio/ago. 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. Revista Extensão Rural, Santa Maria, v. 22, n. 1, p. 1-20, jan./mar. 2015.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. Revista Grifos, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 73-93, 2021.

FREITAS, Alexandre de. Financiamento rural e microcrédito: um estudo sobre os limites e as possibilidades do PRONAF. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 42, n. 4, p. 869-888, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 53, n. 1, p. 125-146, 2015.

GUANZIROLI, Carlos Eduardo. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Quatro municípios do Marajó estão entre os maiores produtores de açaí do Brasil. Notícia Marajó, 2024. Disponível em: <https://noticiamarajo.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. *Resumo do Plano Safra PRONAF 2024/2025*. Brasília, DF: MDA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/comida-no-prato-com-reducao-de-juros-para-a-producao-de-alimentos-basicos-psaf-chega-ao-recorde-de-r-76-bilhoes-no-credito-rural/resumo-plano-safra-pronaf-2024-2025-v7.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.
Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024. Brasília, DF: MDA, 2023. Disponível em:
https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/CARTILHA_PLANOSAFRA.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.
Resumo das linhas do PRONAF. Brasília, DF: MDA, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/ResumolinhasPronaf.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PARÁ (Estado). Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Inclui o Município de Oeiras do Pará na Região de Integração do Marajó e altera o Anexo Único do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, ed. 33849, 21 jan. 2022.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); FJP (Fundação João Pinheiro). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília, DF: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, José Graziano da (Org.). O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: dilemas e perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SCHNEIDER, Sergio et al. A territorialização das políticas públicas para a agricultura familiar: tendências e desafios. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 27, n. 1, p. 145-173, 2010.

STROPASOLAS, Valdemar. As relações de gênero na agricultura familiar: um estudo sobre os jovens e suas trajetórias sociais. 2006. 175 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.